



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

LEI MUNICIPAL Nº 1.136/2003, DE 17/06/2003

"Institui no âmbito da Administração Pública, a CNVDC - Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no âmbito da Administração Pública Municipal, a Certidão Negativa de Violação dos Direitos do Consumidor, sob a sigla CNVDC, que será exigida de pessoas físicas ou jurídicas que participarem de licitação, sob qualquer uma de suas modalidades, ou negociem habitualmente com a Administração Pública.

Parágrafo Único - A CNVDC será exigida, também, pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Art. 2º - Por violação aos Direitos do Consumidor entende-se o não atendimento a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990.

Art. 3º - Recebido o pedido de certidão será verificado junto ao Cadastro de Fornecedores, mantido pelo PROCON MUNICIPAL, a existência de reclamação contra o requerido.

§ 1º - A CNVDC não será expedida se constar do cadastro de fornecedores reclamações não atendidas pelo requerente.

§ 2º - Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) anos para caducidade dos dados constantes dos cadastros mencionados neste artigo.

Art. 4º - A CNVDC será fornecida pelo PROCON, órgão municipal de orientação e proteção ao consumidor, mediante requerimento e recolhimento da taxa devidamente regulamentada por meio de Decreto, pelo Poder Executivo Municipal, cujo pagamento será efetuado em agência bancária autorizada.

§ 1º - Os recursos arrecadados na forma do art. 4º serão destinados a reaparelhamento técnico do PROCON Municipal.

§ 2º - Após os tramites constantes dos Arts. 3º e 4º, será expedida a Certidão em 05 (cinco) dias úteis, contados do protocolo do pedido.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

§ 3º - A CNVDC terá validade por 30 (trinta) dias a contar de sua expedição.

Art. 5º - Qualquer interessado poderá obter a CNVDC, indicado o nome da pessoa física ou jurídica, cumprida a formalidade do art. 4º.

Art. 6º - Da CNVDC constará a fase que se encontra o processo administrativo ou judicial, inclusive se a ação já transitou em julgado e a pena aplicada ao violador.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 37 de Junho de 2003.


OSWALDO MOCHI JÚNIOR
Prefeito Municipal